



**CARA-DE-CAVALO: UM TEXTO DE PERSEGUIÇÃO SOBRE UM PERSONAGEM
DA ACUMULAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA FLUMINENSE**

*Cara-de-Cavalo: a persecution text about a character in the social
accumulation of violence in Rio de Janeiro*

David Maciel de Mello Neto
Doutor em sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia,
Universidade Federal do Rio de Janeiro
E-mail: davidmaciel2206@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v.1, n.12, p. 239-265, jan./jun. 2021

ISSN 2447-9837

RESUMO:

O presente trabalho constitui um experimento de análise sobre a violência urbana fluminense, inspirada em Lévi-Strauss, mas com referência na Teoria Mimética de René Girard. A primeira parte apresenta a teoria girardiana a partir do contraste com o estruturalismo lévi-straussiano. Na segunda parte, elaboramos como a teoria mimética, metodologicamente auxiliada pelo estruturalismo, pode ser aplicada à versão escolhida acerca da morte de “Cara-de-Cavalo”. A terceira parte constitui a aplicação do método, dividido em três eixos: sintagmático, paradigmático e referencial. Na quarta e última parte, exploramos as afinidades desta interpretação com o contexto mais amplo da acumulação social da violência no Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE:

Violência urbana. Mitos. Mimese. Girard. Lévi-Strauss.

ABSTRACT:

The present work is an experiment of analysis on the urban violence of Rio de Janeiro. It is inspired by Lévi-Strauss, but with reference to René Girard’s Mimetic Theory. The first part presents the Girardian theory by a contrast with the structuralism of Lévi-Strauss. In the second part, we elaborate how the mimetic theory, methodologically aided by structuralism, can be applied to the chosen version about the death of “Cara de Cavalo”. The third part constitutes the application of the method, divided into three axes: syntagmatic, paradigmatic and referential. In the fourth and final part, we explore the affinities of this interpretation with the broader context of the social accumulation of violence in Rio de Janeiro.

KEYWORDS:

Urban violence. Myths. Mimesis. Girard. Lévi-Strauss.



INTRODUÇÃO

Manoel Moreira, vulgo Cara-de-Cavalo, morreu em 04 de outubro de 1964, fuzilado por policiais em uma casa de pescadores em Cabo Frio, região dos lagos, no Rio de Janeiro, com mais de 52 tiros.

Ao ler esta brevíssima descrição, o leitor talvez não ache que esse evento tenha algo de diferente das outras milhares de execuções sumárias que pontuam a história da violência urbana no Rio de Janeiro. A morte de Cara-de-Cavalo, contudo, por muito tempo foi – e ainda é – algo lembrado na crônica e na memória coletiva policial. Chegou, inclusive, a transcender o espaço deste pequeno mundo do crime e castigo para adentrar o campo artístico, representado nas obras “Bólido 33 – caixa 18: homenagem a Cara-de-Cavalo” e a bandeira-poema “Seja Marginal, Seja Herói”, ambas de Hélio Oiticica. Mais recentemente, o “bandido” ganhou até uma peça de teatro, escrita por Pedro Kososki (2015).

Como tudo que é muito lembrado e atualizado, as versões sobre a perseguição e morte de Manoel Moreira são muitas. O documentarista Guilherme Planel, em um curta documental realizado por volta do começo dos anos 2000, contabilizou ao menos oito narrativas diferentes. Todas concordam que Manoel Moreira estava presente em um tiroteio que resultou na morte de um policial; que, em resposta ao evento, a polícia o perseguiu; que os policiais acabaram por matá-lo. Mas o papel que desempenhou na morte do policial, como se deu a perseguição, como ele foi morto e por que foi morto, são pontos de grande divergência.

Malgrado a forte presença na memória coletiva da violência urbana fluminense, a morte de Cara-da-Cavalo é algo que ainda não recebeu a devida atenção, seja na sociologia, seja na antropologia. Ou até mesmo nos estudos históricos e na teoria da arte. As duas primeiras tendem a adotar um enfoque mais sincrônico. Estudam prioritariamente objetos do tempo presente. Os poucos trabalhos que empregam uma abordagem diacrônica (MELLO NETO, 2014; MISSE, 1999) tratam o evento *en passant*, como um rápido episódio em uma trama muito mais longa. No campo da história, as pesquisas tendem a chegar, no máximo, até a República Velha. Poucos adentram na segunda metade do século XX. A teoria e a história da arte lembram da persegui-

ção e morte de Cara-de-Cavalo ao analisar as obras nas quais ela foi representada. São trabalhos que buscam compreender como a poética artística condensa tensões e fraturas da sociedade brasileira em um objeto representacional (AGUILLAR, 2009; RUFINONI, 2014; SCHØLLHAMMER, 2001). Não adentram, todavia, na análise das narrativas oriundas do senso comum que, apesar de muito mais prosaicas e mutáveis que aquelas eternizadas nas obras de arte, ajudaram a cultivar a memória deste assassinato.

O presente trabalho aproveita esta lacuna para realizar um experimento. O objetivo é, a partir da análise de uma narrativa sobre um micro acontecimento, retirar interpretações mais amplas sobre esta espiral de violência que se arrasta no Brasil desde a metade do século XX. Para isto, tentaremos analisar uma das múltiplas versões sobre a morte de Cara-de-Cavalo: inspirados no método de Claude Lévi-Strauss, principalmente o apresentado em *As Estruturas dos Mitos* (LÉVI-STRAUSS, 1985a), mas tendo como principal referencial não o estruturalismo, mas a Teoria Mimética, de René Girard (GIRARD, 1990, 2008, 2009). A primeira parte apresenta a teoria girardiana a partir do contraste com o estruturalismo lévi-straussiano, usando como base um objeto sobre o qual ambos se debruçam: os mitos. Na segunda parte, elaboramos como a teoria mimética metodologicamente auxiliada pelo estruturalismo pode ser aplicada à versão escolhida acerca da morte de “Cara-de-Cavalo”. A terceira parte constitui a aplicação do método, dividido em três eixos: sintagmático, paradigmático e referencial. Na quarta e última parte, exploramos as afinidades desta interpretação com o contexto mais amplo da acumulação social da violência no Rio de Janeiro.

MITOS EM LÉVI-STRAUSS X MITOS EM RENÉ GIRARD: A TEORIA MIMÉTICA POR CONTRASTE

Para Claude Lévi-Strauss, os mitos são expressões do pensamento selvagem (LÉVI-STRAUSS, 1985a, 1985b, 1989, 1993a, 1993c, 1993b, 2006, 2011), um dos modos de operação da mente humana. Essa maneira de pensar funciona por correlação e oposição de perceptos: categorias que estão a meio caminho entre a percepção e o conceito. É uma ciência do concreto que retira do exterior os elementos com os quais irá realizar suas abstrações: sons, cheiros, gostos, texturas, cores, plantas, animais,



comportamentos etc. De pretensão totalizante, organiza, por meio deles, o mundo a sua volta. Dá-lhe sentido em todos os seus aspectos, mesmo que mínimo em alguns casos, pois algum significado é melhor do que nenhum. Os mitos que o pensamento selvagem produz são ricos em metáforas e analogias. Expressam relações do tipo “é como se...”, “é como quando...”. Funcionam, portanto, como operadores lógicos.

A temática mitológica, geralmente, diz respeito aos tempos primordiais: à origem do mundo, dos seres e das coisas, das espécies, dos alimentos, dos costumes; da passagem da natureza para a cultura, do reino do contínuo para o descontínuo. A narração é inverossímil: pessoas se transformam em animais que voltam a ser pessoas que viram astros celestes; um filho vira um pássaro que defeca nas costas do pai e os excrementos se transformam num grande jatobá; um homem tem o seu traseiro devorado por urubus, sobrevive, fica “sem fundos”, fabrica um traseiro de inhame e assim resolve o seu problema anal-digestório. Os acontecimentos são impossíveis de terem tido lugar. Pertencem, portanto, ao reino do imaginário. Por este e outros motivos, os mitos não servem para nada, não justificam coisa alguma. Em Lévi-Strauss, os mitos não se referem a nenhuma experiência real, apenas a eles mesmos.

Para o pai do estruturalismo antropológico, essas narrativas mirabolantes sobre a origem de tudo constituem um sistema fechado. Ou seja, estão interconectados entre si. Possuem múltiplas camadas, atravessadas por feixes de relações que costuram um mito com outros mitos nas suas mais variadas versões. Um mito sobre o desaninhador de pássaros sobrepõe-se parcialmente com um mito sobre a origem do fogo, que puxa um mito sobre a origem da chuva, que invoca outro sobre a origem da caça, que traz mais um, sobre a origem do fumo, que chama um terceiro sobre o surgimento das estrelas, que volta ao desaninhador de pássaros. Não necessariamente nessa ordem e com essas temáticas.

Além de serem fechados entre si, o fechamento também se dá para o real. Apesar de utilizarem de elementos do real – os perceptos – para pensar, os mitos não estão abertos para incorporar eventos do cotidiano em suas narrativas ou algum acontecimento extraordinário. São fechados ao devir, à história. Neles, ela não entra. São, portanto, vedados à mudança. Isto não quer dizer que eles sejam iguais, pois um mesmo mito tem diversas versões. Contudo, em Lévi-Strauss, ele se diversifica mais



no espaço que no tempo. Muda de uma população para outra, de uma língua para outra. Termos presentes aqui estão ausentes ali, correlacionados lá de uma maneira, acolá de outra. Mas a diferença não se deve às experiências diferentes, situações que um povo tenha vivenciado e o outro não. Deve-se, antes, aos elementos que encontram ao redor para bricolar os elementos do mundo em uma estrutura organizada. Por exemplo, espécies de animais e plantas particulares de cada área geográfica. Salvo tais especificidades, todos os mitos expressariam, no fundo, as mesmas operações básicas do espírito humano.

Deixemos, agora, Lévi-Strauss de lado e passemos para René Girard. Neste autor, ao contrário daquele, os mitos não são fechados para o real. Em Girard (1976, 1977, 1986, 1990, 2008, 2009), a relação entre a narrativa e o referente é presente, mas, tal como aquele, os mitos também dizem respeito aos tempos primordiais. Contudo, falam de uma experiência real, que realmente aconteceu, apesar de representada de maneira fantástica. Tal acontecimento é o que Girard chama de crise mimética - e sua resolução pelo mecanismo do bode expiatório: algo comum a todos os povos, uma constante de condição humana, diferentemente modalizada em cada lugar e época. O fundamento deste universal seria a natureza mimética do desejo humano.

Para Girard, o desejo não é uma relação direta entre sujeito desejante e objeto desejado. Entre eles há um *tertium quid*, chamado de modelo, que sugere ao sujeito o objeto de seu desejo. Em suma, alguém deseja algo porque percebe que um outro prestigioso o deseja. O objeto, na verdade, é um subterfúgio para se emular a natureza divina do modelo, para se tentar ser igual a ele.

Essa relação entre um sujeito e seu modelo, chamada de mediação, tem dois tipos: externa e interna. Na primeira, as esferas de possibilidade de um e outro não se tocam. O modelo está muito distante do sujeito, é um ser imaginário. Seus desejos - que são os mesmos, pois o de um é sugerido pelo outro - nunca chegam a entrar em conflito. No segundo tipo, a proximidade é maior. As esferas de possibilidade se tocam. O modelo se torna um ser real, uma pessoa de carne e osso. Os conflitos, agora, são possíveis. Por mais que o sujeito tente ser o seu modelo, este parece sempre se deslocar para mais longe. A imitação é prazerosa, mas ao mesmo tempo frustrante.



Surge o duplo vínculo (*double bind*¹) entre o sujeito e seu modelo. Relação de amor e ódio, em que o primeiro quer ser e ao mesmo tempo não quer ser igual ao segundo. No paroxismo, as esferas de possibilidade sobrepõem-se totalmente. O triângulo sujeito-modelo-objeto, que caracteriza a mediação interna, ao se replicar por toda a sociedade, instaura uma crise mimética. O sistema de categorias que ordena as relações cotidianas colapsa e a indiferenciação se torna plena. O objeto já pouco importa. O que antes começara como uma emulação onde o sujeito almejava adquirir algo que o outro possuía (mimese de apropriação) se transforma em puro conflito agonista (mimese de antagonismo). Todos se tornam inimigos uns dos outros. Até que, para solucionar o estado de violência generalizada, a fúria coletiva se canaliza para alguém que se destaca na multidão. Esse alvo em específico passa a ser visto como o culpado por toda a discórdia. Há, então, uma polarização entre coletividade x vítima. Uma primeira diferenciação se (re)introduz. A coletividade imola a vítima. O assassinio expurga o ódio intestino – manda-o para fora, na figura desse bode expiatório assassinado. O sistema de categorias se restabelece. A vítima, antes maléfica porque vista responsável pela crise, é divinizada em ser benévolo por causa de seu efeito restaurador. Se Lévi-Strauss fala, em um de seus trabalhos, sobre a eficácia simbólica de certos mitos, que oferecem uma estrutura para uma performance, podemos dizer que esse primeiro sacrifício contém uma eficácia catártica, onde uma experiência coletiva, primeiro de indiferenciação, depois de diferenciação, cria uma estrutura - algo semelhante ao que aconteceria na efervescência coletiva durkheimiana (DURKHEIM, 1996).

Para Girard, essa experiência indiferenciante-diferenciante é a fonte de todas as instituições humanas: rituais, mitos, religião, linguagem etc. Os mitos seriam as narrativas que a rememoram. Não pertenceriam ao reino do imaginário, do inverossímil, mas do real. Representam algo que aconteceu, ainda que de maneira por deveras oblíqua. O que ocorre é uma transfiguração mitopoética que mescla elementos do possível com o impossível na representação de um ato de violência coletiva primordial.

Duas seriam as causas de tal refração. Primeiro, os mitos são contados do ponto de vista dos perseguidores, não dos perseguidos. Entre perseguidores há uma comunidade de fé que acredita piamente na culpa da vítima. Em segundo, os

¹ O termo, incorporado por Girard, vem dos trabalhos de Gregory Bateson (2000).



perseguidores partilham da vivência do sacrifício e sua eficácia catártica. Para eles, o bode expiatório foi uma solução satisfatória que se apresentou num momento de crise cujo desenvolvimento é marcado por uma ambiguidade crescente. A paradoxalidade da narrativa mítica traz as marcas desta experiência confusa e das perspectivas cambiantes que se colocam sobre ela – uma experiência que é, ao mesmo tempo, desestruturante e (re)estruturante da ordem social.

Se os mitos são a representação refratada de um evento primordial de violência coletiva, os rituais são a reencenação transfigurada deste mesmo evento, segundo Girard². Conforme se desenvolvem, operam a substituição sacrificial da vítima. Não é necessariamente um ser humano igual ou o mais semelhante possível àquela primeira vítima primordial que precisa ser (re)sacrificado. Um animal, objeto ou mesmo uma planta podem exercer a sua função. Mesmo assim, o mecanismo mantém sua eficácia catártica. Contudo, não necessita que toda uma crise de indiferenciação ocorra para que ele tenha lugar. Agora, pode atuar também preventivamente, evitando que situações potencialmente conflitivas se desenvolvam em violência generalizada³.

ESBOÇO DO MÉTODO

Para começarmos a delinear como analisaremos a narrativa da morte de Cara-de-Cavalo, e qual delas escolheremos, responderemos a uma pergunta que, talvez, tenha sido suscitada pela exposição anterior: seria um mito a história da perseguição e morte de Manoel Moreira?

Não, ela não é um mito. Em primeiro lugar, a narrativa, nas suas mais diversas versões, não tem a pretensão totalizante da mitologia. Restringe-se a um momento específico. Em segundo lugar, não pertence ao reino do imaginário. Os eventos não são impossíveis de terem tido lugar. Os acontecimentos não são todos inverossímeis.

² Para Lévi-Strauss, os ritos seriam práticas anti-estruturais, por isso anti-intelectuais, que tentam restaurar um fluxo contínuo de experiência impossível de ser recuperado após o surgimento da linguagem.

³ Uma outra função dos rituais, a qual aqui não desenvolveremos, seria a de canalizar a potência ao mesmo tempo destruidora e criativa da memória do evento de violência coletiva para a efetivação de acontecimentos no mundo social. Por exemplo, nos ritos de passagem.



Muito pelo contrário, eles realmente aconteceram. Manoel Moreira, o Cara-de-Cavalo foi, de fato, morto por policiais - isto todas as versões e documentos atestam. Contudo, como ele foi morto, quem mais participou de sua morte e como os fatos se desenrolaram até ele ser assassinado, é outra história. Estas e outras questões são os pontos de divergência entre as variantes da narrativa.

Mas há um gênero narrativo, que Girard identifica em pontos posteriores de sua obra (2008), ao qual a história de Cara-de-Cavalo parece se adequar. Trata-se dos textos de perseguição. Assim como os mitos, eles são relatos de violência coletiva contados da perspectiva dos perseguidores. Portanto, sujeito às distorções características. Contudo, à diferença dos mitos, nos textos de perseguição, as categorias sociais de onde provém os bodes expiatórios continuam a ser vistas como poluidoras. Mesmo depois de todo o ritual de imolação. Nos textos de perseguição, não ocorre a transfiguração do bode expiatório, de sagrado maléfico para sagrado benéfico, que se dá nos mitos. A vítima continua profana. Não só isso. Ao contrário do que ocorre nos rituais, nas práticas associadas aos textos de perseguição não ocorre a substituição sacrificial da vítima. Ela não pode mais ser trocada por um animal, objeto ou mesmo uma planta. O sacrifício não atua mais preventivamente, não consegue impedir o desdobramento dos conflitos. Mesmo quando estes se desenvolvem, não conseguem ser aplacados pelo assassinio coletivo. A crise continua a aumentar e, com ela, toda a violência coletiva de uma multidão que se joga contra a categoria social da vítima como um todo, numa agressividade cada vez maior⁴. Tais características fazem com que os textos de perseguição sejam, para Girard, indícios de uma sociedade em que o mecanismo do bode expiatório perdeu a sua eficácia enquanto mecanismo de controle social. Tenderiam a ocorrer, geralmente, depois de algum evento revelador que, depois de pôr às claras a arbitrariedade que há na escolha e perseguição da vítima, põe a ruir toda a maquinaria do mecanismo do bode expiatório.

Dentre as oito versões coletadas por Planel (2000) sobre a morte de Manoel Moreira, escolhemos uma, contada por um jornalista policial, recentemente falecido, mas que conseguimos entrevistar ainda em vida, ao qual chamaremos de Vargas.

⁴ Os inúmeros pogroms de judeus na Idade Média e outras perseguições de minorias são exemplos paradigmáticos.



Escolhemos esta dentre as demais porque a consideramos a mais rica para a análise: ela não só é contada por alguém que participou ativamente da perseguição a Cara-de-Cavalo, estando presente quando de seu assassinato, como também é a versão com maior variedade temática dentre as disponíveis.

Para a análise, começamos normalizando as sequências de ação narradas em sentenças mais simples. Em seguida, inspirados pelo método de Lévi-Strauss exposto em *A estrutura dos mitos* (1985a), distribuímos-las num eixo horizontal sintagmático e num eixo vertical paradigmático. O primeiro eixo mostra os encadeamentos diacrônicos: como as partes se sucedem umas às outras para formar a narrativa. Para facilitar a exposição, ela será quebrada em partes menores, as quais chamarei de episódios. O segundo eixo corresponde aos temas estruturantes: matrizes relacionais de onde provêm os eventos narrados. Os paradigmas se repetem, total ou parcialmente, no decorrer da cadeia sintagmática. Entretanto, como a Teoria Mimética trata também da relação entre texto e referente, algo deixado de lado pelo estruturalismo levi-straussiano, aos dois eixos citados acrescentamos um terceiro, ao qual chamaremos de eixo de referência. Neste, buscamos compreender como os estereótipos característicos de um texto de perseguição se encontram na narrativa sobre a morte de Cara-de-Cavalo.

ANÁLISE DE UMA VERSÃO SOBRE A MORTE DE MANOEL MOREIRA, O “CARA-DE-CAVALO”

Eixo sintagmático

- **Episódio 1. Morte de Le Cocq**

Manoel Moreira, vulgo Cara-de-Cavalo, era um bandidozinho medíocre, um “pé-de-chinelo”, até que, um dia, decide assaltar o ponto de jogo do bicho de Nando, bicheiro na Favela do Esqueleto, na Tijuca. Por encontrar facilidade, passa a voltar toda semana. De uma ação contingente, o assalto vira uma relação rotineira. Transforma-se em extorsão.

Cansado das ameaças e do prejuízo, Nando decide chamar o detive Milton Le Cocq de Oliveira, conhecido como “Gringo”, para se livrar de Cara-de-Cavalo. Em tro-



ca, pagaria a Le Cocq uma comissão.

Milton Le Cocq de Oliveira era um dos policiais mais idolatrados na polícia carioca de então. Era visto como grande policial, que atuava em grupo, voltado para o confronto e avesso à imprensa. Vinha da Polícia Especial. Contudo, diferia dos tipos que compunham essa força policial. A grande maioria era de halterofilistas. Le Cocq era alto e magro. Tinha uma equipe que sempre o acompanhava, formada pelos policiais Cartola, Jacaré e Hélio Vígio. Este último não era policial, mas um guarda do Cais do Porto. Outros policiais, de fora da equipe, mas seguidores de Le Cocq, não concordavam com o privilégio dado ao estrangeiro.

Certo dia, após ser extorquido, Nando ativa Le Cocq. Ele e seu grupo vão atrás de Cara-de-Cavalo. Os policiais iam em um fusca. Cartola dirigia, Le Cocq ia no banco de carona, com Hélio Vígio e Jacaré atrás. Avistam o bandido próximo ao Hospital Pedro Ernesto, na Tijuca. Le Cocq pede para Cartola encostar o carro. Cara-de-Cavalo avista os policiais e saca sua arma. Os policiais, antes de saírem do carro, sacam as suas e começa um tiroteio. Le Cocq morre com um tiro acidental nas costas. Pela posição de entrada, no flanco esquerdo, a bala teria sido disparada por Hélio Vígio. “Cara-de-Cavalo” foge.

Contudo, Cartola, Jacaré e Hélio Vígio decidem culpar Cara-de-Cavalo pela morte de seu líder. Um legista do Instituto Médico Legal falsifica o laudo da morte de Le Cocq. O documento fundamenta a acusação: o tiro teria sido disparado por Cara-de-Cavalo. Os policiais, então, começam a “caçar” o bandido para matá-lo.

Vargas, jornalista, descobre que o laudo seria uma farsa, mas sem poder fundamentar sua acusação, decide procurar Cara-de-Cavalo para entrevistá-lo, com o intuito de que ele revelasse que não teria sido ele o autor do disparo que matou Le Cocq, e sim um dos próprios policiais.

De bandidinho pé-de-chinelo, Cara-de-Cavalo vira o “inimigo público nº1”, a pessoa mais procurada no Rio de Janeiro.

- **Episódio 2. Morte de Perpétuo de Freitas**

Um dia, Vargas é contactado por um informante, que lhe diz que Cara-de-Cavalo estaria escondido na favela do Esqueleto. O jornalista e outros companheiros



seguem para o local. Dividem-se para procurar melhor. Cada um toma uma entrada. Vargas segue pela linha do trem. Em determinado ponto, topa com o detetive Perpétuo de Freitas, sentado em um bar e acompanhado de seus jornalistas de confiança.

Perpétuo, assim como Le Cocq, também era idolatrado na polícia. Mas Perpétuo seria uma imagem em tudo oposta à do “Gringo”. Atuava sozinho, agia por meio de informantes e evitava o confronto. Diziam que prendia sem dar tiro e teria “corpo fechado”. Constantemente dava entrevistas à imprensa. Tinha os seus jornalistas prediletos. Com eles, inclusive, participava de um programa de rádio.

Perpétuo se irrita ao ver Vargas. O detetive diz que estava ali para prender Cara-de-Cavalo, que estava pronto para se entregar. O policial diz que não queria a presença de mais ninguém além dele e de seus jornalistas. Em seguida, expulsa Vargas do local.

Logo após Vargas sair, chegam Jorge Galante e um companheiro. Os dois também são policiais. Pertencem à Invernada de Olaria, conhecida na época como uma das delegacias mais violentas da cidade. Perpétuo se exaspera com a presença dos novos policiais. Eles dizem que também estavam ali para prender Cara-de-Cavalo. Perpétuo tenta expulsá-los. Começa uma discussão. Perpétuo esbofeteia Galante, que tomba. Perpétuo saca sua arma e mira em Galante. Do chão, este também saca a sua e acerta um tiro na barriga de Perpétuo, que morre. Galante e o companheiro fogem do local.

Cara-de-Cavalo não se entrega. Foge mais uma vez.

- **Episódio 3. Busca por Cara-de-Cavalo em Duque de Caxias**

Um dia, Armando de Belo França, conhecido de Vargas, liga para o jornalista e o informa de que Cara-de-Cavalo estaria escondido em Duque de Caxias. Armando de Belo França era vereador e bicheiro caxiense. A presença de um bandido procurado como Cara-de-Cavalo em seu território “azarava” os seus negócios no jogo do bicho, uma atividade proibida por lei, mas tolerada socialmente. Atraía muita atenção da polícia.

Para confirmar a informação, Vargas vai até Duque de Caxias. Contudo, tem medo de se aproximar sozinho do bandido. Teme alguma reação violenta da parte dele. Aproveita, então, a ocasião de uma procissão que passaria em frente ao local onde Cara-de-Cavalo estaria escondido. Seria costume as pessoas saírem à rua para



ver o cortejo. Nesse momento, poderia avistar Cara-de-Cavalo.

Vargas, então, se disfarça de fiel. É um dos que carrega o carro do santo. Ao passar em frente ao local onde o bandido estaria escondido, reconhece-o parado na porta da casa. Cara-de-Cavalo, por sua vez, não identifica o jornalista no meio da multidão.

O jornalista volta ao Rio. Ainda com receio de abordar sozinho o bandido, chama um policial amigo seu, Jaime de Lima. Pessoa de confiança, saberia que ele não estava disposto a matar Cara-de-Cavalo. Os dois voltam para Duque de Caxias, mas a informação sobre o esconderijo de Cara-de-Cavalo vaza. Ao chegarem ao local, encontram Hélio Vígio, Jacaré e Maneco. Hélio Vígio e Jacaré integravam a equipe do falecido Le Cocq, sendo que o primeiro, cabe lembrar, seria o real responsável pela morte do policial.

Instaura-se um clima de desconfiança. Hélio quer saber onde, exatamente, o bandido estaria escondido. Vargas se nega a dizer. Hélio diz que estava ali para fazer uma diligência de que fora incumbido: prender Cara-de-Cavalo. Não iria matá-lo.

Quando Hélio descobre a casa exata⁵, corre até ela e joga uma granada no telhado, que desaba. Ninguém se fere, pois não havia ninguém na casa. Cara-de-Cavalo já havia fugido.

Vargas reporta todos os detalhes do acontecimento no jornal. Inclusive o engodo de Hélio e seus companheiros.

- **Episódio 4. Busca por Cara-de-Cavalo em Juiz de Fora**

Na época, o jornalista Vargas tinha uma namorada na Polícia Feminina. Dentre outras funções, esta instituição administrava o envio e recebimento de correspondências na favela. Como resultado, sabia onde cada um de seus moradores morava. A namorada de Vargas trabalhava nesse serviço e na mesma favela em que moraria a mãe de Cara-de-Cavalo.

Um dia, ela diz a Vargas que a mãe do bandido, que nunca recebia cartas, acabara de receber uma de Juiz de Fora. A namorada entrega a carta a Vargas que a abre e lê a mensagem. Era Cara-de-Cavalo, que escrevia para contar que estava na casa do

⁵ Aqui o narrador não explicita exatamente quem confessa onde seria o esconderijo, se ele mesmo ou o policial que o acompanhava.



primo em Juiz de Fora, no bairro Macadame.

Com medo de abordar o bandido sozinho, Vargas, mais uma vez, pede ajuda a policiais de confiança. Dessa vez, acompanha-o o delegado Jacob Biscaia, conhecido do editor no jornal onde Vargas trabalhava. Com o delegado, por sua vez, vão seus policiais de confiança.

Chegam a Juiz de Fora de madrugada. Não sabiam onde era a delegacia local para se apresentarem, nem exatamente onde ficava o endereço da carta. Como não havia ninguém na rua a quem pudessem pedir informação, decidem dormir nos veículos.

Nas primeiras horas do amanhecer, alguém passa pelo local, vê os carros com homens armados e pensa que se trata de uma tentativa de assalto a banco. O transeunte chama a polícia. Vargas e seus companheiros acordam cercados por policiais militares, circundados por uma multidão que, aos gritos, os chamava de “ladrão”.

Entre os policiais militares, Vargas reconhece um com quem servira nos tempos de quartel. Conversam, o jornalista lhe explica por que estão ali. O policial militar os leva até a Delegacia Local. Lá, o delegado lhes informa onde fica o endereço que procuram. Diz também que se trata de uma mercearia, cujo dono se chama Carioca.

Ao chegarem à mercearia, Vargas e os policiais encontram um homem no balcão. Perguntam-lhe se ele é Carioca e se ele é o primo de Cara-de-Cavalo. O homem responde afirmativamente a ambas as perguntas. Por fim, perguntam onde está o bandido. Carioca aponta para os fundos da casa.

Lá chegando, encontram Cara-de-Cavalo deitado. O delegado Jacob Biscaia dá voz de prisão ao bandido. Depois, vai tomar café da manhã na frente da mercearia com os outros policiais. Deixa Vargas vigiando o preso.

Cara-de-Cavalo saca então uma arma que trazia escondida. Rende Vargas, pula o basculante e foge. Vargas avisa os policiais. Ele e o jornalista correm atrás do bandido, mas ele consegue pular num caminhão de minérios que passava no momento. Mais uma vez, Cara-de-Cavalo se evade.

Na estrada de volta para o Rio, mais uma vez, deparam-se com Hélio Vígio, Cartola e Jacaré, que haviam montado uma barreira na estrada. Rendem Vargas e os outros policiais para sequestrarem Cara-de-Cavalo. Ao ver que eles não tinham o bandido, liberam-nos.



No dia seguinte, Vargas denuncia o fato nos jornais.

- **Episódio 5. Morte de Cara-de-Cavalo**

Cara-de-Cavalo tinha uma amante chamada Maria Helena, prostituta na Central do Brasil. Certo dia, um “papa-defunto”⁶ que trabalhava no Hospital do Méier, amigo de Vargas, liga para o repórter. Informa-lhe que Maria Helena estivera no hospital para se tratar de um machucado. Ela dizia que ia embora para a casa de parentes em Cabo Frio. O seu pai, por sua vez, morava na favela do Jacarezinho. O papa-defunto dá o endereço do local.

Vargas, mais uma vez, chama o policial Jaime de Lima para o acompanhar. Os dois chegam na casa do pai de Maria Helena durante a madrugada. Apresentam-se como médicos. Dizem ao senhor que sua filha estava em estado grave no hospital, e que ele teria de ir lá.

Depois de saírem, Vargas diz a verdade. Sua filha não estava em estado grave, mas tinha ido para Cabo Frio na companhia de Cara-de-Cavalo. O pai de Maria Helena diz que a casa não fica em Cabo Frio, mas em Búzios. Dá-lhes o endereço do local. Mas sem saber como chegar, o jornalista e o policial insistem em que o senhor os leve até lá. Garantem-lhe que ele iria e voltaria vivo. E que nada aconteceria a sua filha.

Vargas e Jaime de Lima, então, vão até a casa de um outro delegado de confiança, Sérgio Rodrigues. Explicam-lhe a situação e lhe perguntam se ele não poderia os acompanhar até o local. Sérgio responde que ele era delegado no Estado do Rio. Cara-de-Cavalo seria assunto dos policiais da Guanabara, portanto, não seria de sua alçada. Vargas propõe que ele leve então seus homens de confiança e alguém da Guanabara para justificar o serviço. Sérgio Rodrigues concorda e chama seus policiais. Marcam um ponto onde todos deveriam se encontrar para seguirem juntos.

Mas a informação vaza. Ao chegarem ao ponto de encontro, deparam-se também com Hélio Vígio, Jacaré e Cartola, da equipe de Le Cocq, bem como Maneco, que acompanhara os outros três em Duque de Caxias. Todos seguem para Búzios.

Chegando de madrugada ao esconderijo - uma casa simples, solitária no meio da restinga, os policiais, 15 ao todo, e os jornalistas, em número de cinco, traçam uma

⁶ Gíria para agente funerário.



estratégia e se dividem em grupos. Contudo, todos se encontram mais à frente. Ninguém avança. Começam a conversar.

Até que, da casa, uma luz acende. Alguém grita “quero ver vocês me matarem, seus filhas da puta!”, enquanto atira na direção do grupo. Jacaré corre de banda em direção à casa. No caminho, tomba num tronco de bananeira. Os policiais pensam que ele fora atingido por um tiro e avançam atirando. Cara-de-Cavalo morre fuzilado.

Depois de terminado o tiroteio, o delegado Sérgio Rodrigues aproxima-se de Vargas, que se encontrava afastado. Pergunta se o jornalista estava armado. Este responde que não. Entrega-lhe então, uma arma.

Em seguida, chega Hélio Vígio e diz ao delegado que o “serviço” estava encerrado. Agora era matar todas as testemunhas: Maria Helena e os parentes, que se agacharam e não foram atingidos pelos tiros, bem como o pai da moça e os jornalistas. Sérgio Rodrigues discorda, outros policiais também. Tem início uma argumentação. Perguntam quem vai “banciar” a morte de tanta gente, com cinco jornalistas entre eles. Vargas e Hélio Vígio discutem; este acusando Vargas de sempre estar contra ele. O jornalista redargui e diz que nunca foi contra ninguém, mas a favor da verdade. Responde ainda que, se o matasse, teria que, depois, responder pelo que fez.

Decide-se por não matar mais ninguém. Todos vão embora. Vargas não consegue entrevistar Cara-de-Cavalo e revelar que não fora ele que matara Le Cocq.

Eixo paradigmático

Da narrativa pode-se retirar seis paradigmas temáticos: proteção, perseguição, encontro, resolução do encontro, embuste, acusação.

1) Proteção

Aqui entram todas as ações relacionadas à segurança. Primeiro, Cara-de-cavalo passa a extorquir Nando, o bicheiro. Ora, a extorsão nada mais é que uma venda de proteção contra si mesmo. Ela é imposta pela força. Uma vez que outros extorsionários podem ameaçar ou vir a ameaçar a fonte de renda de quem extorque, este acaba, eventualmente, protegendo o extorquido de outros chantagistas. Acaba se desenvolvendo uma “parceria forçada” entre ambos. Um passa a depender do outro.



Mas, na história de Cara-de-Cavalo, não foi o caso de se desenvolver uma parceria. Para se livrar do incômodo, Nando decide estipular um acordo com o detetive Le Cocq. Em troca de uma recompensa em dinheiro, o policial livrar-se-ia do bandido. Aqui, a proteção não é imposta, mas comprada quase que livremente, como num mercado. A relação é mais horizontal.

É do encontro entre a proteção comprada para se livrar da proteção imposta que se desencadeia toda a trama.

Posteriormente, a proteção volta a aparecer nos episódios 3, 4 e 5. Toda a vez que o jornalista tenta se aproximar de Cara-de-Cavalo, chama um policial amigo para lhe acompanhar, pois teme a reação do bandido. Nem imposta nem comprada, mas demandada, aqui ela não é mediada por uma relação monetária, mas por mera amizade ou reciprocidade de interesses. Neste caso, a proteção funciona como condição prévia para que se possa encontrar o bandido cara-a-cara e com segurança. É um mecanismo que permite a aproximação de um tipo de perseguidor, o jornalista, com o perseguido, Cara-de-Cavalo. Sobre isto, falaremos mais tarde.

No episódio 3, em particular, a proteção aparece em uma modalidade mais indireta. A presença de Cara-de-Cavalo no território do bicheiro Armando de Belo França atrai muita atenção da polícia. Atrapalha os negócios do jogo do bicho, atividade ilegal. Apesar de não haver extorsão, as batidas nos pontos se tornam frequentes. Os jogadores deixam de apostar, o lucro diminui. Assim como Nando, Armando tem de se livrar da presença incômoda de Cara-de-Cavalo. Mas ao invés de entregá-lo para os perseguidores policiais, prefere delatá-lo para os perseguidores jornalistas. Reativa a perseguição a Cara-de-Cavalo, que é obrigado a fugir para fora dos domínios de Armando. O bicheiro, assim, assegura o bom funcionamento de seus negócios. Protege-se indiretamente de um elemento desordenador.

2) Perseguição

É o leitmotiv da trama. Contudo, para ocorrer, ela tem de ser ativada. É posta para funcionar pela primeira vez quando Nando dá um alvo para Le Cocq: Cara-de-Cavalo. Quando este foge e não se sabe mais o seu paradeiro, a perseguição cessa. Começaria, então, uma fase de procura não explicitada pelo narrador. Ela apenas é



reativada quando algum informante dá ao jornalista o paradeiro de Cara-de-Cavalo.

3 e 4) Encontro e Resolução do Encontro

Ambos os paradigmas podem ser aqui expostos em conjunto. A perseguição a Cara-de-Cavalo desencadeia um movimento de aproximação entre perseguidores, que são o jornalista, de um lado, e os policiais, de outro, e destes com o perseguido, Cara-de-Cavalo. O encontro entre eles é solucionado de quatro maneiras: tiroteio, prisão, fuga e morte. No primeiro episódio, o encontro entre Cara-de-Cavalo e Le Cocq desencadeia um tiroteio – do qual o narrador não esclarece quem dá o primeiro tiro. Le Cocq morre. No segundo, Perpétuo, o perseguidor que queria prender Cara-de-Cavalo, tromba com outros perseguidores do bandido – Jorge Galante e seu companheiro – cujas intenções não são claras. A julgar pela fama violenta da Invernada de Olaria, a qual Galante pertencia, talvez quisessem matá-lo. Do encontro entre Galante e Perpétuo também ocorre um tiroteio. Perpétuo Morre. Cara-de-Cavalo foge. No terceiro, o encontro entre os perseguidores que queriam matar o bandido (Hélio Vígio e sua turma) e os perseguidores que queriam prender o bandido (Jaime e seus policiais), o que queria entrevistá-lo (Vargas) acaba por facilitar a fuga do bandido. No quarto, há mais um encontro do mesmo tipo e uma nova fuga. No quinto e derradeiro, o mesmo padrão se repete, mas com um novo desfecho: Cara-de-Cavalo é assassinado.

5) Embuste

Por embuste, refiro-me ao ato de enganar ou ser enganado por outrem. Ou mesmo um engano não-intencional. O embuste é o principal operador de toda a narrativa. Em primeiro lugar, ele é usado como mecanismo de ocultação, quando o jornalista falsifica o laudo de morte para fundamentar a versão dos policiais. Em seguida, ele é o mecanismo de mediação que aproxima os perseguidores do perseguido. O jornalista recorre a múltiplas artimanhas para que possam chegar perto de Cara-de-Cavalo. Primeiro, disfarça-se de fiel. Vê o bandido sem ser visto por ele. Aqui, o embuste funciona também como proteção. Em seguida, desvia e abre a carta endereçada à mãe de Cara-de-Cavalo, descobrindo, assim, onde ele se encontrava. Por último, diz ser



médico ao pai de Maria Helena, amante do bandido, para adquirir a confiança do senhor e fazer com que ele o acompanhasse.

Mediação, ocultamento e proteção, portanto, são as operações do embuste.

6) Acusação

É de dois tipos. Na primeira, os policiais acusam Cara-de-Cavalo da morte de Le Cocq, sendo que não fora ele o assassino. Aqui ela assume a forma clássica do bode expiatório. A segunda é, na verdade, uma meta-acusação. Os jornalistas acusam os policiais de que a acusação destes seria falsa. Possui a intenção reveladora de trazer à tona a versão da vítima sobre sua própria perseguição. O intento, contudo, não se concretiza. Ela é morta sem que possa falar. Prevalece a versão dos perseguidores.

Esta acusação reveladora, todavia, se expressa pontualmente no final do terceiro e quarto episódio, quando Vargas diz que reportara no jornal todas as arbitrariedades de Hélio Vígio. Contudo, a ênfase neste aspecto é pouca. O narrador não discorre sobre as consequências desta acusação, nem entra em detalhes de como ela foi feita. O seu efeito, no entanto, aparece no último episódio, após o fuzilamento de Cara-de-Cavalo. Hélio Vígio acusa o jornalista de estar sempre contra a polícia. Este diz que não, que estava do lado da verdade. A troca de acusações não desbanca em mais violência por causa da intervenção de outros policiais, contrários à intenção de Hélio Vígio de matar todas as outras testemunhas.

Eixo de referenciação: texto de Perseguição

Segundo Girard, quatro estereótipos definem um texto de perseguição: 1) indiferenciação; 2) acusação de transgressões indiferenciantes; 3) signos de liminaridade na identificação dos acusados; 4) a perseguição coletiva exercida contra estes (GIRARD, 1986).

O primeiro estereótipo, a crise de indiferenciação anterior, é operada pelo paradigma da proteção. Encontra-se, principalmente, no primeiro episódio, e é mediado pelo jogo do bicho. Por um lado, temos um integrante do universo do “mundo do crime”, Cara-de-Cavalo, que extorque outro nativo do mesmo “mundo do crime” – o contraventor “Nando”. Do outro, temos o policial Le Cocq e sua turma de poli-



ciais: atores que se colocam fora e até contra esse universo moral do “mundo do crime”. Seriam o que se poderia chamar de “agentes da Lei”. Todavia, quando aceitam oferecer proteção ao bicheiro, ao invés de cumprir o imperativo profissional de reprimir a contravenção, os policiais aproximam duas categorias que deveriam permanecer separadas. O agente normalizador vira o transgressor da própria normalização. A correlação “policial:lei:bandido:crime” vira uma equivalência “policial:bandido:crime”. Borram-se, portanto, as fronteiras entre os três, instaurando a indiferenciação.

O conflito decorrente resulta na morte do policial Milton Le Cocq. O policial, enquanto agente do Estado, desempenha a função precípua desta entidade: traçar fronteiras. A atividade consiste em estabelecer regras e garantir que elas serão respeitadas. Tem por referência a Lei, que pode ser vista como um código moral escrito de operação binária, que distingue as condutas proibidas e, por exclusão, as permitidas. Separa o legal do ilegal. Em suma, traça um sistema de categorias reguladoras das ações cotidianas. Reforçá-las quando são transgredidas seria a função dos policiais.

Ao ter suspostamente matado um notório “policial”, profissional que aplica regras e traça fronteiras, o “bandido” Manoel Moreira teria colocado em xeque a própria autoridade estatal. Tal acusação, todavia, acaba amplificada nas páginas dos jornais que noticiam o evento e acompanham o seu desenrolar até seu desfecho. Aqui ela ganha ares coletivos que transcendem a interação acusador-acusado. Agora, fala-se para toda uma plateia que, ávida, passa a acompanhar o desenrolar do evento. De um “bandido pé de chinelo” e desconhecido, “Cara-de-Cavalo” vira o “inimigo público nº 1”. Na acusação de Manoel Moreira como responsável pelo assassinato de um respeitado demarcador de fronteiras, amplificada no alto falante nas páginas da imprensa aparece o segundo estereótipo: acusações de transgressão indiferenciais – uma consequência da crise de indiferenciação que lhe precede.

O desenrolar do evento, por sua vez, leva a outros problemas de indiferenciação, que replicam o primeiro e o segundo estereótipos. Segundo Vargas, a “verdade” é que Le Cocq teria morrido por um disparo não-intencional efetuado por Hélio Vígio, que ocupava o banco atrás do policial. Suspeita-se que os policiais, por não aceitarem esta hipótese, teriam adulterado o laudo de necropsia. Desta maneira, escamoteiam



uma morte não-intencional de “policial” por “policial” em um assassinato intencional de “policial” por “bandido”, tentando restaurar a diferença entre as duas categorias. Mas depois, na busca por Cara-de-Cavalo, vem a morte de Perpétuo de Freitas. O detetive era tão ou até mais idolatrado que Le Cocq na polícia carioca. Sua morte, contudo, não é modificada por um embuste. O ato é intencional e o assassino, Jorge Galante, é também policial. Na morte de Perpétuo, a indiferenciação e o conflito voltam para o seio da polícia.

O terceiro estereótipo, os signos de liminaridade na identificação do acusado, aparece quando a identificação do culpado não segue os procedimentos institucionais da justiça criminal. Não se busca identificar a materialidade, autoria e nexos causais entre os dois, como preconiza o Direito. Muito pelo contrário, os policiais tentam, a todo o momento, escamotear a busca pela verdade. Seja na adulteração do laudo cadavérico, que atestaria que Le Cocq morreria por um disparo efetuado por um policial que ocupava o banco de trás, seja nas buscas para assassinar o bandido e silenciá-lo antes que ele pudesse falar, a culpa acaba por recair em Cara-de-Cavalo porque, além de estar presente no tiroteio que resultou na morte de Le Cocq, possuía características de um “marginal”.

Aqui cabe uma digressão, na qual devemos recorrer a elementos extratextuais para melhor compreendermos a narrativa – tal como o fazia Lévi-Strauss, ao recorrer às etnografias para melhor compreender os mitos. Como mostra Misse (1999), na década de 1960, estava em curso a substituição do tipo social do “malandro” pelo “marginal”. Tipos sociais são conceito da sociologia simmeliana (SIMMEL, 2015). Descrevem representações coletivas de certas posições no interior de uma estrutura de relações. É um conceito relacional, pois dependem do ponto de vista de uma posição sobre a outra. O “malandro” e o “marginal”, no caso, seriam ambos engendrados no domínio da perspectiva normalizadora, ou seja, do ponto de vista daqueles que estão fora das relações que denominamos rotineiramente de “mundo do crime”. O “malandro”, engendrado na primeira metade do século XX, agiria individualmente. Teria predileção por armas brancas como a navalha e como principal tipo de crime pequenos golpes, como o conto do vigário ou o golpe do suadouro. Era um estelionatário. O “marginal”, que emerge a partir da década de 1950 e acompanha as



transformações sociais em curso, abandonara a navalha pela arma de fogo. Agora, era especializado em roubos, geralmente cometidos em quadrilha. Do “malandro” para o “marginal”, aumenta a carga simbólica de negatividade moral plena, de uma ameaça que os enquadrados nesta categoria apresentam para a continuidade das expectativas cotidianas.

Com exceção da atuação em grupo, Cara-de-Cavalo bem se enquadrava no tipo social do “marginal”. Por ser enquadrado nesta categoria, Cara-de-Cavalo passa a ser visto como um portador de insegurança ontológica. Não só para as vidas individuais, como até para a estabilidade da ordem social. Trazia consigo, portanto, os signos poluidores típicos das categorias sociais tornadas bodes expiatórios. E é por eles que ele é acusado, segundo a versão em questão, e não porque tenha realmente matado Le Cocq.

Identificado o suposto responsável pela crise, parte-se para a perseguição coletiva contra a vítima. Basicamente, toda a narrativa, depois do episódio 1, apresenta traços deste quarto e último estereótipo, mas em duas modalidades distintas. De acordo com Girard, há dois tipos principais de perseguição: a perseguição coletiva, quando a multidão se atira com toda a sua fúria contra o bode expiatório; e a perseguição com ressonâncias coletivas, que se dá sob forma institucional, mas com ecos da acusação pública por trás. Exemplos do primeiro tipo são os linchamentos. Do segundo, as perseguições do tipo “caça às bruxas”. Nestas, há todo um conjunto de procedimentos rituais para demonstrar que a vítima se trata de uma “bruxa”. Os procedimentos serviriam como uma espécie de filtro, necessário para testar a validade da acusação. Contudo, dado o seu caráter amplificado e coletivo, passa-se por cima das normas rituais. O acusado, invariavelmente, termina como uma “bruxa”, mesmo que não tenha praticado “bruxaria” alguma.

Dois grupos de personagens encarnam essas duas modalidades de perseguição. A coletiva, quem efetua são os policiais membros da equipe de Le Cocq, que procuram por Cara-de-Cavalo não para prendê-lo, como deveriam fazer, mas para matá-lo e, assim, vingar a morte do líder. Para isto, pegam carona na perseguição com ressonância coletiva. São os policiais Perpétuo de Freitas, Jaime de Lima, Jacob Biscaia e Sérgio Rodrigues que efetuem este segundo tipo de perseguição. Tentam



respeitar o mínimo do devido processo legal e prender Cara-de-Cavalo, sem matá-lo, ainda que não se preocupem em investigar sua real culpabilidade.

Todavia, há um terceiro tipo de perseguição na história da morte de Cara-de-Cavalo que Vargas nos conta, um tipo que Girard não trata na sua teoria sobre o gênero dos textos de perseguição. Trata-se daquela efetuada pelo próprio jornalista que, desconfiado de que o “bandido” não fora o responsável, tenta encontrá-lo seguidas vezes não para lhe prender e tampouco lhe matar, mas para lhe dar voz, fazer com que falasse e contasse a sua própria versão: não a de Cara-de-Cavalo, mas a de Manoel Moreira. Esse objetivo aproxima o personagem de Vargas do paracleto, espécie de advogado da vítima, que tenta mostrar a injustiça de sua perseguição. O paracleto, contudo, seria característico não dos textos de perseguição, mas de um outro gênero textual na teoria girardiana: os evangelhos, textos que buscam colocar às claras as arbitrariedades do mecanismo do bode expiatório.

Na narrativa de Vargas sobre a morte de Cara-de-Cavalo, portanto, encontramos todos os estereótipos dos textos de perseguição, com indicadores tanto da modalidade coletiva como daquela com ressonância coletiva, acompanhados de um terceiro tipo de perseguição, que traz laivos de textos do gênero evangelho. Nesta única versão, a morte de Cara-de-Cavalo é representada como o conflito entre diferentes perspectivas que tentam se afirmar sobre a vítima e realizar sobre ela sua definição.

CONCLUSÃO: AFINIDADES ENTRE O TEXTO E O MUNDO FORA DELE

Uma vez que a teoria girardiana supõe a ligação do texto com o seu referente, ou seja, de um mundo que existe fora da maneira como é narrado, gostaríamos de traçar algumas afinidades eletivas entre a narrativa analisada e o processo mais amplo de acumulação social da violência na qual se insere a perseguição e morte de Manoel Moreira, o Cara-de-Cavalo.

Se, de acordo com Girard, os textos de perseguição são característicos de sociedades em que o mecanismo do bode expiatório perdera a sua eficácia de controle social, seria de se esperar o aumento da violência no Rio de Janeiro. Mais pessoas sendo mortas injustamente, apenas porque são enquadradas em algum tipo social



da violência urbana: “malandro”, “marginal” ou “vagabundo”. Deveras, podemos dizer, com toda a segurança, que foi isto que aconteceu. Pouco depois da vingança do assassinato de Le Cocq, os policiais de seu antigo grupo fundam a Scuderie Le Cocq, em homenagem ao seu antigo líder. A associação, que chegou a contar com filiados em todo o Brasil, possuía como brasão uma caveira com tíbias cruzadas e as iniciais “E.M”. O símbolo não tardou a ser associado ao “Esquadrão da Morte”, por mais que os membros da Scuderie tentassem afirmar o contrário. Entre 1967 e 1985, a Scuderie Le Cocq foi um dos principais referentes da categoria de “Esquadrão da Morte” – algo que, na acumulação social da violência no Rio de Janeiro, passou a estar associada com um “crime do esquadrão da morte”: uma tática ritual de efetivar a matabilidade de tipos sociais sob sujeição criminal, conforme analisado por Mello Neto (2017). Em 1971, os jornais creditavam mais de 800 mortes ao suposto “Esquadrão da Morte” (JORNAL DO BRASIL, 1971). A título de comparação, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade identificou cerca de 434 mortes provocadas pela repressão política da Ditadura Militar (BRASIL, 2014). Mais recentemente, depois dos anos 2000, a mesma função passou a ser desempenhada pelos autos de resistência: um excludente de ilicitude, presente no código penal, muitas vezes agenciados por policiais para escamotear execuções sumárias em mortes por confronto (MISSE et al., 2013).

Todavia, no desenrolar desta tragédia social, também houve momentos em que se buscou mostrar a arbitrariedade deste mecanismo já ineficaz. Na segunda metade da década de 1980 e começo dos anos 1990, por exemplo, diversos movimentos sociais envolvidos com a chamada “questão do menor” buscaram denunciar a violência dos chamados “grupos de extermínio” – uma mutação do que antes recebia o nome de “Esquadrão da Morte” (MELLO NETO, 2014). Depois da comoção causada pelas chacinas da Candelária e Vigário Geral, somadas à pressão que os movimentos causaram, a justiça criminal, instada a funcionar, acabou processando e punindo os acusados, que antes gozavam de larga impunidade. Concomitantemente, o Congresso reviu a tipificação do homicídio e incluiu, no parágrafo I da lei 8.930, de 1994, o homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que por um só agente, como um novo qualificante (BRASIL, 1994). Estes e outros eventos



de denúncia que acabaram por encontrar ampla reverberação, ainda que poucos, evidenciam também a presença da função reveladora, tal como a tentada por Vargas na história sobre Cara-de-Cavalo, que visa a criticar e substituir o mecanismo do bode expiatório.

Perseguir para matar, perseguir para prender, perseguir para revelar. Até hoje, a história de Manoel Moreira, o Cara-de-Cavalo, continua a se repetir. Em 04 de outubro de 1964, ganharam aqueles que queriam matar. No entanto, tal como argumentou Marshall Shallins (2008), o pensamento coletivo é uma obra em perpétua execução, sempre inacabada. O imaginário está aberto à incorporação do real. Ainda que essa absorção não seja direta e opere por uma lógica própria, múltiplas narrativas disputam a definição dos eventos. Na medida em que o imaginário tem reciprocidade com o real, a consolidação de novas histórias sobre um mesmo evento repetido à exaustão – tal como o assassinato de pessoas por policiais – possuem o potencial de alterar essa própria realidade. Novas versões sobre as mortes de outros Caras-de-Cavalo ainda podem ser escritas.



REFERÊNCIAS

- AGUILLAR, Gonzalo. La ley del bandido, la ley del arte. Bólido Caixa 18, Poema Caixa 2: Homenagem à Cara-de-Cavalo, de Hélio Oiticica. **Revista Iberoamericana**, v. 75, n. 227, p. 539-550, jun. 2009.
- BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**. 5. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**: relatório. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014.
- BRASIL. **Lei nº 8.930, de 06 de setembro de 1994**. Brasília: Brasil, 1994.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ERRAMOS**. Produção e direção de: Guilherme Planel. Rio de Janeiro: Guilherme Planel Filmes, 2000. Arquivo no formato mp4. Aproximadamente 30 minutos.
- GIRARD, René. **A Violência e o Sagrado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- GIRARD, René. **Coisas Ocultas desde a Fundação do Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- GIRARD, René. Differentiation and Undifferentiation in Lévi-Strauss and Current Critical Theory. **Contemporary Literature**, v. 17, n. 3, p. 404-429, 1976.
- GIRARD, René. **Mentira Romântica e Verdade Romanesca**. São Paulo: E realizações, 2009.
- GIRARD, René. **The scapegoat**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.
- GIRARD, René. Violence and Representation in the Mythical Text. **MLN**, v. 92, n. 5, p. 922-944, 1977.
- ESQUADRÃO da Morte faz 800 mortos e age na impunidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07 jun. 1971. 1º Caderno, p. 26. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=33546> Acesso em: 28 abr. 2021.
- KOSOVSKI, Pedro. **Cara-de-Cavalo**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2015.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A Estrutura dos Mitos. In.: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985a. p. 237-267.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A Gesta de Asdwal. In.: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993a. p. 152-160.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **A Oleira Ciumenta**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993b.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **A origem dos modos à mesa**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Como Morrem os Mitos. In.: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993c. p. 261-277.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 1985b.



LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Homem Nu**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

MELLO NETO, David Maciel. “Esquadrão da morte”: Uma outra categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Dilemas** - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 10, n. 1, p. 132-162, 27 fev. 2017.

MELLO NETO, David Maciel De. **“Esquadrão da Morte”**: genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957-1980). 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 520 f. Tese (Doutorado em sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MISSE, Michel et al. **Quando a polícia mata**: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011). Rio de Janeiro: Booklink, 2013. .978-85-7729-138-0.

RUFINONI, Priscila. Mito e violência: “‘Cara-de-Cavalo’, morto com 52 tiros em Cabo Frio”, 4 de outubro de 1964. **Vis** - Revistado Programa de Pós-Graduação em Arte da UnB, v. 13, n. 1, jun. 2014.

SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas**: Estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

SCHØLLHAMMER, Karl Erik. From the Malandro (Rogue) to the Traficante (Drug Trafficker) - two constellations of violence in Brazilian culture. **Diálogos Latinoamericanos**, v. 4, p. 37-46, 2001.

SIMMEL, Georg. **Georg Simmel on individuality and social forms**: selected writings. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

Recebido em: 02/05/2020

Aceito para publicação em: 12/06/2021

